

Mortes nas rodovias do RS caíram 5,5%, segundo a PRF

O resultado representa a preservação de 19 vidas

Menos pessoas perderam a vida nas rodovias federais do Rio Grande do Sul em 2025.

Um levantamento consolidado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) aponta a redução de 5,5% no número de mortes em relação a 2024, resultado que representa, em números, 19 vidas preservadas ao longo do ano.

Também houve queda nos acidentes graves e no total de feridos registrados no período.

Ao todo, foram contabilizados 1.085 acidentes graves em 2025, ocorrências que envolvem ao menos uma pessoa morta ou ferida gravemente.

Esses episódios resultaram em 5.560 feridos e 327 mortes nas rodovias federais gaúchas.

Em comparação com o ano anterior, os últimos dados mostram diminuição de 6% nos acidentes graves e redução de 3,3% no número de feridos, o que corresponde a 194 pessoas que deixaram de se ferir no trânsito.

Principais acidentes

Entre os tipos de sinistros mais letais, a colisão frontal permanece como a principal causa de mortes. Somente em 2025, esse tipo de ocorrência provocou 117 óbitos, o equivalente a 35,77% do total registrado no ano, além de apresentar redução de 11,36% em relação a 2024.

As saídas de pista resultaram em 58 mortes, enquanto os atropelamentos de pedestres soma-



Divulgação/PRF

As motos estiveram presentes em 36% dos acidentes e representaram 17% das mortes

ram 49 óbitos. Juntos, esses três tipos concentraram 68,50% das mortes totais nas rodovias federais do Rio Grande do Sul.

As causas presumíveis dos acidentes graves seguem majoritariamente ligadas ao comportamento dos condutores.

Situações como acessar a via sem observar outros veículos, a ausência de reação, reação ineficiente ou então reação tardia responderam por quase 40% dos acidentes graves e por mais de 30% das mortes ao longo do ano.

Do ponto de vista da fiscalização, a PRF registrou 4,4 mil autuações por uso de celular ao volante em 2025. Também foram

contabilizadas 14,9 mil autuações por ultrapassagens proibidas, conduta diretamente associada às colisões frontais.

No mesmo período, houve 422,3 mil autuações por excesso de velocidade, sendo que 91% delas por transitar até 20% acima do limite permitido.

Os dados indicam ainda que a maioria das mortes ocorreu em condições favoráveis de tráfego, como pista seca, em trechos retos e com céu claro.

Os finais de semana concentraram mais óbitos, com destaque para sábado e domingo.

Além disso, 25,67% das vítimas fatais não utilizavam corre-

tamente o cinto de segurança.

Em relação aos veículos envolvidos, os automóveis concentraram 179 mortes, seguidos pelas motocicletas, com 58 óbitos.

As motocicletas estiveram presentes em 36,44% dos acidentes graves e responderam por parcela significativa dos feridos registrados no ano.

A PRF também mantém ações baseadas em análise de dados, com foco em fiscalização, infraestrutura e educação para o trânsito. Em 2026, esse trabalho passa a integrar o projeto CONECTRAN, que amplia a atuação conjunta com outros órgãos do sistema de trânsito.

PR: repasse de R\$ 85 milhões por hidrelétricas

Municípios paranaenses com áreas alagadas por reservatórios de usinas hidrelétricas receberam R\$ 85 milhões em 2025 como compensação financeira pelo uso da água na geração de energia elétrica.

O repasse foi feito pela Copel a 36 cidades que possuem áreas atingidas por reservatórios de 10 usinas da companhia ou de empreendimentos com participação da empresa no estado. O valor faz parte de um total de R\$ 147 milhões pagos ao longo do ano em compensação financeira relacionada à operação das hidrelétricas.

Além dos recursos destinados aos municípios, R\$ 32 milhões foram encaminhados ao governo do Paraná e cerca de R\$ 29 milhões à União, conforme regras previstas na legislação federal.

As usinas instaladas no Rio Iguaçu concentraram a maior parcela dos repasses.

Foz do Areia, Segredo e Salto Caxias responderam por R\$ 104 milhões, o equivalente a cerca de 70% do total pago em 2025. Juntas, essas unidades geraram 16.855 GWh no período, volume que representa quase metade da energia consumida pelos clientes da Copel no Paraná.

Entre os municípios beneficiados está Bituruna, localizada no Sudeste do estado.

A cidade recebeu mais de R\$ 9 milhões em compensação financeira em 2025, decorrentes da geração de energia nas usinas do Rio Iguaçu. Os recursos integram a receita municipal e podem ser aplicados em diferentes áreas da administração pública.

Nos últimos cinco anos, a Copel acumulou R\$ 638 milhões em repasses aos entes federativos por meio da compensação financeira.

Em 2024, o volume atingiu R\$ 162 milhões, resultado associado a condições hidrológicas mais favoráveis no Paraná naquele ano.

A compensação financeira pelo uso de recursos hídricos é paga mensalmente pelas concessionárias de geração hidrelétrica. O valor corresponde a 7% da energia produzida em cada usina, calculado com base na Tarifa Atualizada de Referência definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Desse total, 6,25% são distribuídos entre municípios com áreas alagadas, estados e órgãos de administração federal.

Santa Catarina convoca população para opinar sobre políticas para mulheres

A Secretaria da Assistência Social, Mulher e Família de Santa Catarina (SAS-SC) abrirá, no sábado (14), uma consulta pública sobre o Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres.

A proposta busca ampliar a participação social e assegurar que o conteúdo represente as demandas das catarinenses.

A ação é realizada em parceria com a vice-governadora Marilisa Boehm (PL) e recebeu investimento de mais de R\$ 1 milhão para a elaboração do documento.

O processo permite o envio de sugestões, críticas e propostas por mulheres, entidades da sociedade civil e gestores públicos.

O material define diretrizes, ações e metas voltadas à igualdade de gênero, ao enfrentamento da violência e à ampliação do



Divulgação/SAS-SC

Consulta busca garantir que norma represente as catarinenses

acesso a direitos e oportunidades em diferentes áreas da gestão pública. As contribuições poderão ser encaminhadas até 8 de março e passarão por análise técnica antes da consolidação do texto final.

O resultado servirá como

base para orientar políticas estaduais nos próximos anos, a partir de uma construção coletiva com participação da população.

As orientações sobre prazos, formulários e canais de envio serão divulgadas nos meios oficiais

da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família.

O acesso será aberto ao público interessado em colaborar com o aprimoramento do plano.

O documento considera a diversidade das mulheres nos contextos social, político, econômico, cultural e ambiental.

Também prevê o fortalecimento de programas e serviços em setores como saúde, educação, trabalho, habitação, assistência social, segurança pública, segurança alimentar e turismo.

A elaboração envolve uma equipe formada por especialistas, entre mestres e doutoras. As profissionais atuam em pesquisa, diagnóstico e apoio técnico, com foco na formulação de propostas alinhadas à realidade estadual e às demandas identificadas.